



Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Concurso Público 2014

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior – Técnico Especializado

PSICOLOGIA

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber as folhas de respostas da prova objetiva, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar nas folhas de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **duas horas** do início da prova, você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **08/04/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/dpge/rj.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **09/04/2014** até as 23h59min do dia **10/04/2014**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/dpge/rj, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

LÍNGUA PORTUGUESA

XÓPIS

Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*. Seus antecedentes diretos são as galerias de comércio de Leeds, na Inglaterra, e as passagens de Paris pelas quais flanava, encantado, o Walter Benjamin. Ou, se você quiser ir mais longe, os bazares do Oriente. Mas foram os americanos que aperfeiçoaram a ideia de cidades fechadas e controladas, à prova de poluição, pedintes, automóveis, variações climáticas e todos os outros inconvenientes da rua. Cidades só de calçadas, onde nunca chove, neva ou venta, dedicadas exclusivamente às compras e ao lazer – enfim, pequenos (ou enormes) templos de consumo e conforto. Os xópis são civilizações à parte, cuja existência e o sucesso dependem, acima de tudo, de não serem invadidas pelos males da rua.

Dentro dos xópis você pode lamentar a padronização de lojas e grifes, que são as mesmas em todos, e a sensação de estar num ambiente artificial, longe do mundo real, mas não pode deixar de reconhecer que, se a americanização do planeta teve seu lado bom, foi a criação desses bazares modernos, estes centros de conveniência com que o Primeiro Mundo – ou pelo menos uma ilusão de Primeiro Mundo – se espria pelo mundo todo. Os xópis não são exclusivos, qualquer um pode entrar num xópi nem que seja só para fugir do calor ou flunar entre as suas vitrines, mas a apreensão causada por essas manifestações de massa nas suas calçadas protegidas, os rolezinhos, soa como privilégio ameaçado. De um jeito ou de outro, a invasão planejada de xópis tem algo de dessacralização. É a rua se infiltrando no falso Primeiro Mundo. A perigosa rua, que vai acabar estragando a ilusão.

As invasões podem ser passageiras ou podem descambar para violência e saques. Você pode considerar que elas são contra tudo que os templos de consumo representam ou pode vê-las como o ataque de outra civilização à parte, a da irmandade da internet, à civilização dos xópis. No caso seria o choque de duas potências parecidas, na medida em que as duas pertencem a um primeiro mundo de mentira que não tem muito a ver com a nossa realidade. O difícil seria escolher para qual das duas torcer. Eu ficaria com a mentira dos xópis.

(Veríssimo, *O Globo*, 26-01-2014.)

QUESTÃO 1

Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*. Essa frase inicial do texto

- (A) mostra uma preocupação com a origem do termo *shopping center*.
- (B) recebe um desmentido na progressão textual.
- (C) tem explicação nas frases seguintes.
- (D) anuncia o tema central do texto.
- (E) antecipa algo cuja discussão será feita no último parágrafo.

QUESTÃO 2

“Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*”. A forma de reescrever-se essa frase do texto que corresponde à estrutura significativa da frase original é:

- (A) Os americanos não foram os que inventaram o *shopping center*.
- (B) Os americanos não foram os inventores do *shopping center*.
- (C) O *shopping center* não tinha sido inventado pelos americanos.
- (D) Não foram os americanos quem inventaram o *shopping center*.
- (E) O *shopping center*, quem o inventou não foram os americanos.

QUESTÃO 3

“Seus antecedentes diretos são as galerias de comércio de Leeds, na Inglaterra, e as passagens de Paris pelas quais flanava, encantado, o Walter Benjamin. Ou, se você quiser ir mais longe, os bazares do Oriente”.

Esse segmento do primeiro parágrafo mostra que o autor do texto

- (A) pretende dar uma informação precisa aos leitores.
- (B) tenta mostrar, em sequência cronológica, os antecedentes do *shopping*.
- (C) valoriza os *shoppings*, ao relacioná-los a intelectuais de peso.
- (D) situa a criação do *shopping* na Europa e na Ásia, simultaneamente.
- (E) procura falar, de forma pouco científica, sobre a origem do *shopping*.

QUESTÃO 4

“Seus antecedentes diretos são as galerias de comércio de Leeds, (1) na Inglaterra, e as passagens de Paris pelas quais flanava, (2) encantado, o Walter Benjamin. Ou, (3) se você quiser ir mais longe, os bazares do Oriente”.

Nesse segmento do texto há três ocorrências de uso da vírgula devidamente numeradas; a afirmativa correta sobre o seu emprego é

- (A) as ocorrências se justificam por três razões diferentes.
- (B) as duas primeiras ocorrências se justificam pelo mesmo motivo.
- (C) as três ocorrências se justificam pela mesma regra de pontuação.
- (D) as ocorrências (1) e (3) se justificam pelo mesmo princípio.
- (E) as ocorrências (2) e (3) se justificam pelo mesmo motivo.

QUESTÃO 5

“se você quiser ir mais longe”; a única forma dessa frase que NÃO apresenta um equivalente semântico corretamente expresso é

- (A) caso você queira ir mais longe.
- (B) na hipótese de você querer ir mais longe.
- (C) no caso de você querer ir mais longe.
- (D) desde que você queira ir mais longe.
- (E) conquanto você queira ir mais longe.

QUESTÃO 6

Na frase “se você quiser ir mais longe”, a forma verbal empregada tem sua forma corretamente conjugada. A frase abaixo em que a forma verbal está ERRADA é

- (A) se você se opuser a esse desejo.
- (B) se você requerer este documento.
- (C) se você ver esse quadro.
- (D) se você provier da China.
- (E) se você se entretiver com o jogo.

QUESTÃO 7

A frase abaixo em que a palavra sublinhada apresenta dupla possibilidade de sentido é

- (A) “...e as passagens de Paris pelas quais flanava...”
 (B) “se você quiser ir mais longe...”
 (C) “foram os americanos que aperfeiçoaram a ideia de idades fechadas”.
 (D) “Cidades só de calçadas...”
 (E) “dedicadas às compras e ao lazer”.

QUESTÃO 8

A forma “xópi” representa

- (A) a forma gráfica autorizada equivalente a *shopping*.
 (B) a tradução literal do inglês *shopping*.
 (C) uma tentativa de grafar a pronúncia de *shopping*.
 (D) uma pronúncia popular do inglês *shopping*.
 (E) uma adaptação culta do inglês *shopping*.

QUESTÃO 9

Ao dizer que os *shoppings* são “*idades*”, o autor do texto faz uso de um tipo de linguagem figurada denominada

- (A) metonímia.
 (B) eufemismo.
 (C) hipérbole.
 (D) metáfora.
 (E) catacrese.

QUESTÃO 10

Ao dizer que os *shoppings* são cidades “só de calçadas”, o autor do texto quer expressar a ideia de que nos *shoppings*

- (A) só há tráfego de veículos leves.
 (B) os espaços entre as lojas são bastante amplos.
 (C) o público pode andar em todos os espaços.
 (D) os caminhos são sempre muito bem cuidados.
 (E) todos os cidadãos podem entrar.

QUESTÃO 11

Há, no texto, três ocorrências do acento grave indicativo da crase

- I. “...dedicadas exclusivamente às compras e ao lazer”
 II. “Os xópis são civilizações à parte...”
 III. “...pode vê-las como ataque (...) à civilização dos xópis”.

As ocorrências em que o acento grave da crase é resultante da junção de uma preposição solicitada por um termo anterior + artigo definido são:

- (A) I-II-III.
 (B) apenas I-II.
 (C) apenas I-III.
 (D) apenas II-III.
 (E) apenas II.

QUESTÃO 12

No texto aparece a expressão “*primeiro mundo*” grafada de duas maneiras distintas: “...ou pelo menos uma *ilusão de Primeiro Mundo*” e “... as duas *pertencem a um primeiro mundo de mentira*...”.

Isso se explica pelo fato de

- (A) ter havido um erro na segunda grafia.
 (B) indicar uma possibilidade de dupla grafia, com o mesmo sentido.
 (C) criticar a desigualdade social com a primeira grafia.
 (D) ironizar a nossa realidade com a segunda grafia.
 (E) mostrar uma diferença de valor entre as realidades representadas.

QUESTÃO 13

O autor do texto prepara informações pertinentes para que chegue a tratar dos “*rolezinhos*”; a informação que antecipa uma posição contrária a esse tipo de ocorrência é

- (A) “...qualquer um pode entrar num xópi”
 (B) “...dependem, acima de tudo, de não serem invadidas pelos males da rua”.
 (C) “...idades fechadas, à prova de (...) inconvenientes da rua”.
 (D) Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*.
 (E) “Dentro dos xópis você pode lamentar a padronização...”

QUESTÃO 14

Segundo o autor do texto, os “*rolezinhos*” são movimentos que

- (A) impedem que o Primeiro Mundo chegue até nós.
 (B) demonstram o elitismo desses templos do consumo.
 (C) indicam que os privilégios não são mais aceitos.
 (D) perturbam nossa ilusão de falso Primeiro Mundo.
 (E) mostram a força dos movimentos sociais pela internet.

QUESTÃO 15

“O difícil seria escolher para qual das duas torcer”; com essa frase, o autor do texto mostra que

- (A) há valores importantes nas duas “potências”.
 (B) não reconhece valor em nenhuma das forças.
 (C) não gostaria de tomar partido.
 (D) admite que as duas facções são igualmente fortes.
 (E) constata que são forças radicalmente opostas.

QUESTÃO 16

O texto de Veríssimo pode ser definido mais adequadamente como

- (A) uma análise sociológica de um movimento contemporâneo.
 (B) uma apreciação filosófica sobre aspectos da vida moderna.
 (C) um comentário bem humorado sobre um fato social.
 (D) uma crítica ao elitismo e consumismo de nossa sociedade.
 (E) um alerta contra o agravamento de tensões sociais.

QUESTÃO 17

A alternativa em que o conectivo destacado tem seu valor semântico corretamente indicado é

- (A) “...qualquer um pode entrar num xópi nem que seja só para fugir do calor...” / condição.
 (B) “...para fugir do calor ou flanar entre as suas vitrines...” / comparação.
 (C) “...ou podem descambar para violência e saques...” / finalidade.
 (D) “...seria o choque entre duas potências parecidas, na medida em que as duas pertencem a um primeiro mundo...” / proporcionalidade.
 (E) “Eu ficaria com a mentira dos xópis”. / companhia.

QUESTÃO 18

Observe a charge a seguir.



Segundo a charge, o espaço do *shopping* deveria ser reservado:

- (A) aos cidadãos de bem.
- (B) a pessoas mais velhas.
- (C) à elite econômica.
- (D) a pessoas de boa aparência.
- (E) a pessoas brancas.

QUESTÃO 19

Entre as variedades linguísticas há uma que se pode denominar de jargão profissional, na medida em que revela a atividade de quem a utiliza. Nesse caso, o que mostra o jargão do policial é

- (A) o emprego dos verbos no imperativo.
- (B) a utilização do vocábulo “procedimento”.
- (C) o uso de formas de polidez, como “por favor”.
- (D) a objetividade das frases, sem maiores explicações.
- (E) a ilegalidade da cobrança aos jovens.

QUESTÃO 20

O texto de Veríssimo fala dos “inconvenientes das ruas”, que prejudicariam o *shopping*. No caso da charge, esse inconveniente seria hipoteticamente

- (A) a grande presença de pessoas que nada compram.
- (B) a possibilidade de atitudes que perturbassem a tranquilidade.
- (C) a grande afluência de jovens.
- (D) o risco de saques às lojas.
- (E) a poluição sonora e visual.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**QUESTÃO 21**

Em 2015 a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro terá um novo chefe. De acordo com a Lei Complementar nº 80/94, o Defensor Público Geral

- (A) deverá ter mais de 35 anos de idade e mais de 5 anos na carreira.
- (B) terá mandato de 4 anos, coincidente com o mandato do Governador do Estado.
- (C) será nomeado pelo Governador escolhido em lista tríplice para mandato de 2 anos, não sendo permitida sua recondução.
- (D) deverá ter mais de 35 anos de idade e ser estável na carreira, não podendo pertencer à classe inicial da carreira.
- (E) deverá ter mais de 35 anos de idade, ser estável na carreira, escolhido em lista tríplice formada pelo voto dos membros da Defensoria Pública.

QUESTÃO 22

Tício, servidor público estatutário do Rio de Janeiro, faleceu deixando como dependentes sua genitora Iolanda, seu filho Matheus de 6 anos e sua esposa Maria.

De acordo com a Lei Estadual nº 5260/08, a divisão da pensão por morte se dará da seguinte forma:

- (A) 50% para Maria, 25% para Matheus e 25% para Iolanda.
- (B) 50% para Matheus, 25% para Iolanda e 25% para Maria.
- (C) 50% para Maria e 50% para Matheus.
- (D) 33,3% para Maria, 33,3% para Matheus e 33,3% para Iolanda.
- (E) 50% para Iolanda e 50% para Maria.

QUESTÃO 23

Com base na Lei Complementar nº 06/77, compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Rio de Janeiro

- (A) indicar ao Governador os 6 nomes dos membros da classe mais elevada da carreira para que dentre esses seja nomeado o Subdefensor Público Geral.
- (B) apresentar ao Defensor Público Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.
- (C) indicar ao Governador os 6 nomes dos membros da classe mais elevada da carreira para que dentre esses seja nomeado o Corregedor Geral.
- (D) decidir acerca da destituição do Corregedor Geral pelo voto de 2/3 de seus membros.
- (E) decidir, em grau de recurso, os processos disciplinares dos membros da Defensoria Pública.

QUESTÃO 24

Preocupado com o expressivo número de ações propostas para compelir a internação em hospitais públicos, o Conselho Superior da Defensoria Pública alterou as atribuições do órgão de atuação de Henrique, Defensor Público Titular, para que ele não pudesse mais ingressar com as referidas ações. Dessa forma há flagrante violação à garantia da

- (A) estabilidade.
- (B) inamovibilidade.
- (C) indivisibilidade.
- (D) unidade.
- (E) autonomia administrativa.

QUESTÃO 25

Pedro foi atendido pelo Defensor Público André, que entendeu não ser Pedro um hipossuficiente econômico. O Defensor Público deverá

- (A) encaminhar Pedro para seu Defensor Público Tabelar.
- (B) dar ciência ao Corregedor Geral e encaminhar Pedro para um Advogado.
- (C) dar ciência ao Defensor Público Geral, que decidirá a controvérsia, indicando, se for o caso, outro Defensor Público para atuar.
- (D) encaminhar Pedro para a Corregedoria, que decidirá se o Defensor Público deve ou não atendê-lo.
- (E) encaminhar Pedro para a Ouvidoria Geral.

QUESTÃO 26

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 80/94 e na Lei Complementar nº 06/77, o Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro será escolhido pelo

- (A) Conselho Superior da Defensoria Pública, dentre quaisquer cidadãos de reputação ilibada indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil.
- (B) Defensor Público Geral, dentre cidadãos de reputação ilibada indicados em lista tríplice formada pelo Corregedor Geral.
- (C) Defensor Público Geral, dentre cidadãos de reputação ilibada indicados em lista tríplice formada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (D) Governador do Estado, dentre cidadãos de conduta ilibada indicados em lista tríplice formada pelo Defensor Público Geral.
- (E) Conselho Superior da Defensoria Pública, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrantes da carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil.

QUESTÃO 27

O ingresso na carreira da Defensoria Pública do Rio de Janeiro far-se-á no cargo de Defensor Público Substituto mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. O candidato aprovado no concurso, respeitada a ordem de classificação e o número de vagas existentes, será

- (A) nomeado pelo Governador.
- (B) nomeado pelo Defensor Público Geral.
- (C) nomeado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (D) empossado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (E) empossado pelo Governador após nomeação pela banca de concurso.

QUESTÃO 28

Para ser considerado hipossuficiente econômico nos termos da Lei 1060/50, deverá a parte

- (A) comprovar na petição inicial que percebe salário igual ou menor que o dobro do mínimo legal.
- (B) afirmar na petição inicial que não possui vínculo empregatício formal, de qualquer natureza.
- (C) comprovar na petição inicial que é isento do imposto de renda.
- (D) afirmar na petição inicial que não tem condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.
- (E) afirmar na petição inicial que não possui renda, imóvel ou aplicação financeira em nome próprio ou de familiares.

QUESTÃO 29

Durante apuração sumária por meio de sindicância, de ato cometido por Francisco, foi evidenciada falta punível com pena superior à de suspensão por mais de 30 dias. Nesse caso

- (A) o responsável pela apuração deve comunicar o fato ao superior imediato, que solicitará a instauração de processo administrativo disciplinar.
- (B) a autoridade que houver promovido a sindicância, configurada a irregularidade, aplicará de imediato a pena disciplinar cabível.
- (C) a instauração de sindicância impede a adoção imediata das medidas acatelasórias.
- (D) a apuração sumária por meio de sindicância deve seguir o rito determinado para o processo administrativo disciplinar.
- (E) não será necessária a instauração de processo administrativo disciplinar, tendo em vista que o mesmo é exigido para penas mais graves.

QUESTÃO 30

A Defensoria Pública ingressou com ação em face do Município do Rio de Janeiro para garantir o acesso do assistido a medicamentos. Em sendo vitorioso, o Defensor Público, no tocante às verbas de sucumbência, deverá

- (A) abster-se de executá-las, tendo em vista que a Defensoria Pública ocupa posição equivalente à de secretaria de Estado.
- (B) abster-se de executá-las, tendo em vista que é vedado ao Defensor Público receber verbas de sucumbência em razão de suas atribuições.
- (C) executá-las, tendo em vista que as verbas de sucumbência são devidas por quaisquer entes públicos.
- (D) executá-las, quando for comprovada a omissão dolosa por parte do Município.
- (E) abster-se de executá-las, tendo em vista a ocorrência do instituto da confusão, por se tratar de entes públicos.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 31

De acordo com a Constituição da República, são órgãos do Poder Judiciário, dentre outros,

- (A) os Juízos, as Promotorias de Justiça e a Defensoria Pública.
- (B) os Tribunais, o Ministério Público e as Procuradorias Municipais, Estaduais e Federais.
- (C) o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União.
- (D) o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais e Juízos do Trabalho.
- (E) os Tribunais e a Defensoria Pública (da União e dos Estados).

QUESTÃO 32

O remédio constitucional previsto na Constituição da República para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, chama-se

- (A) mandado de segurança.
- (B) mandado de injunção.
- (C) *habeas corpus*.
- (D) *habeas data*.
- (E) ação popular.

QUESTÃO 33

Processo legislativo é o conjunto de regras procedimentais previstas na Constituição, tendentes a regulamentar a elaboração das espécies normativas. Nesse contexto, destaca-se a

- (A) emenda à Constituição, cuja proposta é discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (B) medida provisória, que é adotada pelo Presidente da República, em caso de oportunidade e conveniência, com força de lei, tendo o Congresso Nacional prazo máximo de 180 dias para convertê-la em lei ou rejeitá-la.
- (C) lei ordinária, sendo que o projeto de lei aprovado por maioria absoluta em uma Casa é revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção.
- (D) lei complementar, a qual tem objetivo de complementar leis anteriores em matéria processual, dispendo sobre procedimentos administrativos ou judiciais.
- (E) lei delegada, que é adotada pelo Presidente da República, o qual delega para o Congresso Nacional competência para elaboração de lei cuja iniciativa originária era do Poder Executivo.

QUESTÃO 34

Direitos políticos são instrumentos previstos na Constituição, através dos quais se manifesta a soberania popular, viabilizando a participação do cidadão na coisa pública. Como exemplo desses direitos políticos, a Constituição assegura

- (A) o voto indireto e secreto, com valor igual para todos.
- (B) o sufrágio universal e o voto direto, obrigatório para os maiores de dezoito anos e menores de sessenta anos.
- (C) o voto facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos, bem como pessoas maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (D) a ação popular, que consiste em um processo iniciado por, no mínimo, 1% do população nacional, para destituir administradores ímprobos.
- (E) o plebiscito ou o referendo, nos quais o cidadão decide diretamente qual será o rumo legislativo sobre matéria de relevância nacional, sem qualquer participação do Poder Legislativo durante o processo legislativo.

QUESTÃO 35

Luiz deseja submeter-se a concurso público para ingressar no serviço público estadual. Em matéria de disposições gerais da Administração Pública, a Constituição da República prevê que

- (A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- (B) o exercício de função pública sem prévio concurso público é possível, como nas hipóteses de nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (C) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável.
- (D) as funções de confiança destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo tais cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração, podendo recair sobre pessoa não concursada.
- (E) os casos de contratação excepcional de pessoal sem concurso público por tempo determinado ocorrem para atender à necessidade da Administração Pública quando não houver concurso público em andamento.

QUESTÃO 36

Tendo em vista as diversas competências, responsabilidades e atividades incumbidas ao poder público, a Administração Pública pode atuar de forma centralizada (quando executa suas tarefas diretamente) ou descentralizada (quando o faz delegando a terceiros, na forma da lei). Nesse contexto, fazem parte da Administração Indireta, dentre outros,

- (A) os órgãos dos Ministérios (em nível federal, que dão suporte à Presidência da República), das Secretarias Estaduais (em âmbito estadual, dando apoio ao Governador) e das Secretarias Municipais (na esfera municipal, assessorando os Prefeitos).
- (B) as autarquias públicas, empresas públicas e fundações privadas que prestam serviços públicos.
- (C) as empresas privadas contratadas, após regular procedimento licitatório, para prestar serviços públicos essenciais.
- (D) as concessionárias que prestam serviços públicos.
- (E) as fundações públicas, sociedades de economia mista e autarquias.

QUESTÃO 37

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, são elementos ou requisitos do ato administrativo

- (A) agente, conteúdo, forma, prazo e objetivo.
- (B) agente, motivação, conteúdo, prazo e finalidade.
- (C) competência, objeto, forma, motivo e finalidade.
- (D) competência, objetivo, publicação, forma e motivação.
- (E) parte, objeto, forma, fundamentação e publicação.

QUESTÃO 38

Pedro, servidor público estadual do Poder Executivo, foi injustamente demitido por falta grave, após processo administrativo disciplinar, sendo acusado de receber propina. Pedro buscou assistência jurídica na Defensoria Pública e, após longo processo judicial, que durou quatro anos, o Poder Judiciário reconheceu que Pedro não praticara o ato que lhe fora imputado, determinando seu retorno ao serviço, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens, bem como reconhecimento dos direitos ligados ao cargo. O nome dado à forma de provimento de cargo determinada na decisão judicial é

- (A) nomeação.
- (B) retorno.
- (C) aproveitamento.
- (D) reintegração.
- (E) readaptação.

QUESTÃO 39

As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei. De acordo com o valor e a natureza do serviço ou bem a ser contratado, o legislador estabeleceu determinada modalidade de licitação, com seu respectivo procedimento. Nesse contexto, são modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93:

- (A) concessão, permissão, autorização, convite e leilão.
- (B) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- (C) concessão, tomada de preços, convite, pregão e alienação.
- (D) concorrência, tomada de preços, convite, locação e maior lance.
- (E) pregão, carta convite, dispensa, inexigibilidade e habilitação.

QUESTÃO 40

O tratamento constitucional dado em matéria de responsabilidade civil do Estado é no sentido de que

- (A) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo prescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- (B) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- (C) apenas as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- (D) apenas as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, havendo o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.
- (E) apenas as pessoas jurídicas da administração direta e indireta responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, havendo o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 41**

Em outubro de 2013 ganhou repercussão na mídia a decisão do TJMG de devolver para a família biológica a menina Duda, 5 anos. Afastada dos genitores por maus tratos aos 2 meses de idade, Duda ficou em acolhimento institucional até 1 ano e 8 meses. Ela foi então encaminhada para uma família, que pediu sua adoção e com a qual já convivia há mais de dois anos quando da decisão do Tribunal. Considerando os aspectos psicológicos dessa situação à luz dos desenvolvimentos teóricos da Teoria do Apego de John Bowlby, é correta a seguinte consideração:

- (A) o apego materno é instintivo e natural e permite que a criança construa vínculos de cuidado permanentes e protetores de sua higidez emocional.
- (B) a adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança na família natural ou extensa.
- (C) crianças institucionalizadas em tenra idade desenvolvem comumente um quadro de depressão anaclítica que, nos casos mais graves, pode evoluir para o óbito.
- (D) a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe ou mãe substituta permanente é essencial à saúde mental da criança pequena.
- (E) a ruptura na continuidade de cuidados pela família adotiva resultará no desenvolvimento de um falso *self* como estratégia de defesa da personalidade.

QUESTÃO 42

O consumo de *crack* no Brasil vem crescendo desde a década de 90, sobretudo entre crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, motivando pressões diversas sobre os atores sociais pela necessidade de ações que deem aos usuários oportunidades de viver de forma digna e com saúde. Os efeitos psíquicos, físicos e sociais do consumo de *crack* mais comumente observados são

- (A) o surgimento tardio dos fenômenos da tolerância e da abstinência, provocando nos usuários um comportamento compulsivo de reutilização da substância.
- (B) o aumento na incidência de DSTs e da contaminação por HIV em adolescentes e mulheres, em decorrência da prática de sexo sem proteção em troca de *crack*.
- (C) a criação de cracolândias como parte da estratégia de redução de danos destinada a usuários com comorbidades psiquiátricas e sem referência de moradia.
- (D) o aumento na incidência de infanticídios de recém-nascidos por puérperas usuárias prejudicadas em suas habilidades cognitivas e na regulação das emoções.
- (E) a necessidade de autorização judicial ou dos responsáveis legais para o acesso de adolescentes ao atendimento dos consultórios de rua.

QUESTÃO 43

A interdição de idosos, independentemente do motivo, é um assunto que provoca polêmica, divide opiniões, gera conflitos familiares e na maioria das vezes traz sofrimento para os dois lados. Apesar da decisão não ser fácil, a curatela, que se dá por meio de decisão judicial, serve para proteger o interdito, preservar seu patrimônio e dar a ele melhor qualidade de vida. Considerando a perícia imprescindível para a decisão judicial, será passível de interdição o idoso

- (A) portador de enfermidade ou deficiência mental que impossibilite seu discernimento para os atos da vida civil.
- (B) sem vínculos de afinidade ou parentesco direto, a saber, cônjuge, filhos e parentes até o segundo grau.
- (C) que, ao exame psíquico, apresentar-se hipertenaz e hipervigil, com orientação alopsíquica e curso prolixo do pensamento.
- (D) que, ao exame psíquico, apresentar um quadro de humor distímico acompanhado de pensamentos hiperbólicos.
- (E) com faculdades físicas e mentais preservadas que manifestar de forma inequívoca perante o Juízo sua vontade de ser curatelado.

QUESTÃO 44

De acordo com pesquisas acadêmicas recentes, o TDAH, o transtorno desafiador opositivo e o transtorno de conduta lideram a lista dos transtornos mais diagnosticados por neuropediatras e psiquiatras infantis na atualidade, sendo a prevalência destes estimada em 3% a 6% da população infantil e, dependendo do critério utilizado, podendo chegar a 26% da mesma população. Uma análise crítica desse fenômeno permite concluir que

- (A) as descobertas sobre os mecanismos neuroquímicos e o desenvolvimento de novos psicofármacos permitiram diagnósticos mais acurados e tratamentos mais adequados às patologias neuropsiquiátricas da população infanto-juvenil.
- (B) atualmente, a medicalização tem sido utilizada não apenas como a principal forma de “tratamento da criança”, mas como dispositivo de vigilância e controle que as instâncias tutelares realizam sobre a família e a criança.
- (C) a escola é o *locus* privilegiado para o diagnóstico dos distúrbios de aprendizagem e de comportamento das crianças, suprimindo a insuficiência ou deficiência da intervenção parental na percepção e manejo destes distúrbios.
- (D) a medicalização da criança em idade escolar decorre de um olhar científico sobre a doença em seus aspectos genéticos e bioquímicos, livre de desvios ideológicos sobre sua dimensão psíquica, histórica ou social.
- (E) a epidemia de crianças e adolescentes diagnosticados com TDAH e transtornos de conduta alerta as autoridades responsáveis por programas de epidemiologia e saúde pública para as deficiências nas ações de prevenção primária.

QUESTÃO 45

As ações de adoção postuladas por pessoas homossexuais e por casais homoafetivos são uma realidade nas Defensorias Públicas com atribuição de Infância e Juventude. Essas configurações familiares têm sido objeto de estudos na área da Psicologia que apontam que

- (A) a ausência de modelos do gênero masculino e feminino pode, eventualmente, tornar confusa a própria identidade sexual, havendo o risco de a criança tornar-se homossexual.
- (B) a criança que vive em um lar homossexual será socialmente estigmatizada ou terá prejudicada a sua inserção social, o que lhe acarretará perturbações psíquicas.
- (C) a função parental não está contida no sexo e sim na forma como os adultos que estão no lugar de cuidadores lidam com as questões de poder, hierarquia e disciplina no relacionamento com os filhos.
- (D) a habilitação para adoção de pares homoafetivos é indicada para a consecução de adoções necessárias, a saber, de crianças mais velhas, doentes e grupos de irmãos, para os quais há poucos pretendentes.
- (E) a partir de um viés psicanalítico é correto afirmar que “função materna” e “função paterna” correspondem necessária e biunivocamente a uma mulher e a um homem.

QUESTÃO 46

A Sra. M.L. buscou o Núcleo da Defensoria Pública para ingressar com ação de Guarda de seus netos de 2 e 5 anos.

Ela relatou que seu genro J.P., pai dos meninos, era alcoolista e agredia verbal e fisicamente sua filha na presença das crianças.

A avó estava cansada de aconselhar a filha e argumentou que tinha condições de criar melhor os netos. Ouvida, a genitora das crianças, A. P., mostrou-se preocupada com a iniciativa de sua mãe. Ela admitiu que o marido às vezes se excedia na bebida, mas ela nunca tinha ficado muito machucada (sic). Ele sempre se arrependia e ela o perdoava porque, sóbrio, ele era bom pai e bom marido e ela não desejava nenhuma providência que pusesse em risco seu casamento. Os dados apresentados aqui permitem considerar que

- (A) medo e dependência concorrem, entre outros fatores, para que mulheres não se coloquem em posição de litígio contra o agressor e evitem atitudes que possam resultar diretamente na prisão dele.
- (B) a aplicação da Lei Maria da Penha só caberá nesta situação se, após denúncia anônima, restarem comprovados por perícia danos permanentes à saúde mental e física da mãe e dos filhos menores de idade.
- (C) a avó extrapola seus direitos e deveres ao interferir na dinâmica do casal e buscar na Justiça soluções para os netos sem o consentimento do chefe da família.
- (D) J.P. é inimputável do ponto de vista penal pelo seu diagnóstico de transtorno de personalidade *borderline* agravado pela condição de abuso de substâncias psicoativas.
- (E) o acolhimento institucional das crianças é a solução que melhor atende aos seus interesses neste momento, considerando o comportamento omissivo da genitora diante das agressões do marido.

QUESTÃO 47

A garantia dos direitos de crianças e adolescentes e suas famílias é tarefa que impõe muitos desafios na prática cotidiana dos profissionais envolvidos, entre eles, os psicólogos que integram as Defensorias Públicas. A sistemática estabelecida pela Lei nº 8.069/90 - o Estatuto da Criança e do Adolescente - para plena efetivação dos direitos infanto-juvenis importa na intervenção de diversos órgãos e autoridades, que, embora possuam atribuições específicas a desempenhar, têm igual responsabilidade na apuração e integral solução dos problemas existentes, tanto no plano individual quanto coletivo. Analise os exemplos de situações que devem ser abordadas sob a perspectiva do Sistema de Garantia de Direitos:

- I. criança ou adolescente com deficiência, inseridos na família, com necessidade de apoio para atendimento psicológico e fonoaudiológico;
- II. criança ou adolescente que trabalham nas ruas, desacompanhados dos pais ou responsáveis;
- III. criança recém-nascida abandonada na maternidade/hospital ou em outros espaços públicos;
- IV. pai suposto que se recusa a reconhecer a paternidade de criança havida fora do matrimônio;
- V. município sem programas de acolhimento familiar e institucional.

Estão corretas as seguintes situações:

- (A) todas, com exceção de I.
- (B) apenas III e IV.
- (C) todas, com exceção de V.
- (D) apenas I, II e V.
- (E) todas, sem exceção.

QUESTÃO 48

A menina B., de 3 anos, foi atendida no Serviço de Pediatria de um hospital público levada por seus pais, com um quadro de múltiplas verrugas na região perianal. Após anamnese e exame clínico, a pediatra desconfiou de condiloma, causado por contaminação pelo vírus HPV. Confirmada a doença após exames laboratoriais, a médica acionou o Conselho Tutelar para notificar a suspeita de violência sexual. Para a necessária apuração dessa situação, o psicólogo deverá considerar que

- (A) uma criança nesta faixa etária se encontra no estágio de desenvolvimento cognitivo definido por Jean Piaget como operatório-concreto, caracterizado pelo pensamento egocêntrico e pela deformação na percepção da realidade.
- (B) o complexo centrado na fantasia de castração, que vem trazer uma resposta ao enigma decorrente da diferença anatômica entre os sexos, é um sintoma presente em algumas crianças precocemente expostas a experiências sexuais.
- (C) a presença de sinais físicos da violência perpetrada contra a criança, apurada no exame de corpo de delito, é condição indispensável para a confirmação da ocorrência do abuso sexual infantil.
- (D) a palavra da criança pode ser a única prova possível ao processo legal e será preciso utilizar estratégias adequadas à idade em um ambiente emocionalmente facilitador para permitir a revelação do abuso.
- (E) a inquirição de crianças deve se dar na presença de seus pais, o que garantirá um ambiente psicologicamente seguro e isento das variáveis que serão introduzidas por um entrevistador desconhecido.

QUESTÃO 49

Os conflitos fazem parte do cotidiano da humanidade desde o início dos tempos como fenômeno sociológico, tanto nas relações familiares quanto nas relações sociais. É comum que conflitos sejam levados diretamente à Justiça sem que outros caminhos tenham sido tentados. A mediação constitui uma das diversas formas alternativas de solução de controvérsias capazes de evitar a judicialização dos conflitos. Sobre a atuação do mediador, é correto apontar que

- (A) o mediador atua como um facilitador do diálogo entre pessoas a fim de que a negociação direta entre elas possa ser restabelecida.
- (B) a mediação guarda sintonia com o paradigma adversarial do contraditório, característico de toda lide consensual.
- (C) o acordo sugerido na mediação tem a coautoria do mediador e das partes, o que evita os intermináveis recursos a outras instâncias.
- (D) o mediador faz o papel do juiz e é escolhido de comum acordo pelas partes, sendo comumente um técnico com grande conhecimento na área do conflito.
- (E) a mediação é regida pelo princípio da publicidade, que autoriza a divulgação e a utilização no processo das informações trazidas.

QUESTÃO 50

A família é um fato social, anterior e acima do próprio Direito, tendo em vista as suas constantes transformações. Segundo Maria Berenice Dias, *“a família agora passa por um processo evolutivo de dissociação, desaparecendo a subordinação, prevalecendo a igualdade, ganhando o afeto o reconhecimento como núcleo ensejador da família moderna.”* (DIAS, 2010).

Nesse contexto, passamos a identificar como entidade familiar a *“família mosaico”*, que é

- (A) originada no matrimônio ou na união de fato de um casal, em que um ou ambos têm filhos provenientes de um casamento ou relação prévia.
- (B) formada pela convivência em uma mesma unidade habitacional de diferentes gerações de ascendentes e descendentes do casal.
- (C) a entidade familiar sem coabitação, formada pela guarda compartilhada dos filhos havidos na união conjugal após a separação do casal.
- (D) a família socioafetiva, que não depende da consanguinidade e é formada pela criação do vínculo jurídico de filiação pela adoção.
- (E) a família formada por pares homoafetivos que buscam o reconhecimento legal pelo vínculo do casamento ou declaração de união estável.

QUESTÃO 51

Nos anos de 2012 e 2013, a Vara da Infância de Petrolina - PE apurou cerca de 300 procedimentos judiciais relativos às escolas da comarca. Dentre os problemas mais comuns, encontram-se indisciplina, evasão, violência física, *bullying*, drogas e ameaça. De acordo com juiz da Vara da Infância e da Juventude, Marcos Bacelar, a violência no ambiente escolar tem crescido de forma alarmante, abrangendo de atitudes agressivas até situações caracterizadoras do *bullying*. (Fonte: Diário de Pernambuco).

Sobre essa forma de violência, o *bullying*, pode-se considerar corretamente que

- (A) é uma prática de delito plurissubjetivo, ou seja, que envolve um grupo de pessoas, com a característica especial de ser de concurso necessário de condutas recíprocas.
- (B) os autores de *bullying* satisfazem os critérios nosológicos do DSM.IV para o diagnóstico de Transtorno de Controle dos Impulsos, sub tipo Explosivo Intermitente.
- (C) a intolerância às diferenças físicas, sociais ou comportamentais das vítimas é um fato descrito como de grande importância no desencadeamento de condutas de *bullying*.
- (D) o *cyberbullying* é erroneamente classificado como forma de manifestação de *bullying*, já que nele está ausente a agressão física que caracteriza o fenômeno.
- (E) é uma vivência que contribui para a progressão da dependência dos pais (infância) e dos pares (adolescência) para um nível de autonomia relativa (interdependência emocional).

QUESTÃO 52

Em janeiro de 2014, um homem que tentou entrar com maconha em um presídio foi absolvido pelo juiz da 4ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal, do Tribunal de Justiça do DF e Territórios. Para embasar sua decisão, o juiz substituto Frederico Ernesto Cardoso Maciel afirmou que falta regulamentação sobre a venda da substância e que considera “incoerente” que o álcool e o tabaco sejam permitidos e vendidos, ao passo que a maconha, que ele afirma ser um entorpecente recreativo, seja proibida. (Fonte: Jornal O Globo). Os estudos sobre essa substância psicoativa indicam que

- (A) a maconha é estimulante da atividade mental e seu uso prolongado provoca insônia e uma sensação intensa de euforia e poder.
- (B) ao uso continuado da maconha é atribuído um prejuízo na capacidade de aprendizagem e memorização e um estado de amotivação.
- (C) a ocorrência de delírios ou alucinações é critério de exclusão para o diagnóstico de intoxicação por canabinoides, como a maconha e o haxixe.
- (D) a ação depressora da maconha sobre o sistema nervoso central é evidenciada pelo aumento na incidência de condutas suicidas sob o efeito da droga.
- (E) a síndrome de abstinência de substâncias canabinoides envolve a ocorrência de tremores, convulsões e alucinações do tipo visual, tátil e sinestésico.

QUESTÃO 53

Eduardo procurou a Defensoria Pública para ingressar com ação de Adoção de sua enteada Isabela, 13 anos. A adolescente não tinha registro paterno e contava 09 anos de idade quando sua mãe Ana casou-se com Eduardo. No caso apresentado cabe analisar que

- (A) o sub-registro paterno é causa do conhecido fenômeno do abandono afetivo que vem sendo objeto de demandas na área de Família e Infância e Juventude.
- (B) a presença do pai verdadeiro é fundamental para o estabelecimento na adolescência de relações interdependentes saudáveis sem perda da identidade.
- (C) a falta do Nome do Pai, como concebida por Lacan, é o equivalente psíquico da falta de reconhecimento judicial da paternidade.
- (D) a elevação do afeto a valor jurídico torna a justiça adequada à vida, retirando da família o vetor sangue como referencial jurídico para a constituição desta.
- (E) o direito do genitor de Isabela ao reconhecimento da filha só prescreve na maioridade da jovem e impede a adoção nesse momento.

QUESTÃO 54

A teoria psicossocial de Erik Erikson (1902-1994) reside no amplo quadro das teorias psicodinâmicas da personalidade. Erikson identificou oito estágios psicossociais no ciclo da vida humana, que compreendem fases desde o nascimento até a velhice, caracterizadas por “crises de identidade”. De acordo com a teoria de Erikson, no último estágio dessa evolução, correspondente à velhice, pode-se identificar

- (A) a crise entre a produtividade ou generatividade e a estagnação.
- (B) a sensação de tranquilidade consequente da inexistência de polaridades.
- (C) a sensação de isolamento, de estar só, sem ninguém com quem partilhar ou de quem cuidar.
- (D) a vergonha decorrente da consciência da perda da autonomia e da dependência dos cuidados de terceiros.
- (E) a dimensão psicossocial que polariza integridade em um extremo e desesperança em outro.

QUESTÃO 55

Em recente pesquisa, as professoras Cecília Coimbra e Maria Lívia do Nascimento identificaram que os profissionais dos Conselhos Tutelares e Varas de Infância atuam de forma sobreimplicada. A sobreimplicação para a Análise Institucional, segundo Lourau, se articula

- (A) ao superdimensionamento da análise de implicações, que maximiza a oposição entre grupo sujeito e grupo submetido.
- (B) a uma dificuldade de análise de implicações que, mesmo quando realizada, pode considerar como referência apenas um único nível, um só objeto.
- (C) à naturalização do funcionamento institucional, fundamental para o bom atendimento dos usuários que procuram estes estabelecimentos.
- (D) à crítica do funcionamento da sociedade neoliberal que não atende a população com políticas públicas eficazes e de qualidade.
- (E) à constante necessidade de capacitação profissional, já que a área de intervenção é constantemente atravessada por inovações jurídicas e transformações sociais.

QUESTÃO 56

A noção de periculosidade, tal como pensada por Foucault, expressa

- (A) o risco virtual de criminosos delinquirem, o que exige a construção de mais estabelecimentos prisionais.
- (B) o perigo de convivência com psicopatas e criminosos impulsivos que devem ser constantemente monitorados.
- (C) o perigo virtual de qualquer indivíduo adotar comportamentos transgressores.
- (D) o perigo advindo da presença de criminosos não ressocializados na sociedade.
- (E) a necessidade de controle de *serial killers* em razão do risco social que representam.

QUESTÃO 57

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) considera o ato infracional como análogo a crime ou contravenção penal. Ao se pensar na formação do adolescente em conflito com a lei, pode-se asseverar que a sociedade descumpra suas obrigações para com a criança que vem a cometer um ato infracional no futuro. Frente a tais assertivas, é correto afirmar que um elemento determinante da inserção no mundo da criminalidade é:

- (A) a penalização.
- (B) a ignorância simbólica da lei.
- (C) a ideologia do favor.
- (D) a convivência com infratores.
- (E) a negligência familiar.

QUESTÃO 58

Jurandir Freire Costa, na análise de importantes transformações na subjetividade contemporânea, considera que o “corpo está se tornando o referente privilegiado para a construção das identidades pessoais”. Segundo Freire Costa, esse fenômeno se articula

- (A) à não superação do Édipo na cultura contemporânea e à derrocada das instâncias educativas tradicionais.
- (B) ao capitalismo globalizado que disseminou atributos físicos como modelos e ao esvaziamento da política partidária.
- (C) à proliferação do uso de drogas (lícitas e ilícitas) e ao consumismo sem limites.
- (D) ao remapeamento cognitivo do corpo físico e à invasão da cultura pela moral do espetáculo.
- (E) à educação sentimental e às transformações no funcionamento familiar.

QUESTÃO 59

A inserção do psicólogo nas instituições judiciárias aconteceu inicialmente por meio de

- (A) avaliações das políticas públicas destinadas à população infanto-juvenil.
- (B) avaliações acerca da fidedignidade do testemunho de uma pessoa sobre um acontecimento.
- (C) análise das condições sociais para efetivação dos direitos humanos.
- (D) análises complexas acerca do ser humano, valorizando-se aspectos relacionais e abordagens qualitativas.
- (E) análise dos comportamentos de uma pessoa, articulando-os às transformações no campo social.

QUESTÃO 60

A principal estratégia desenvolvida como solução para a questão social da criança e de adolescentes pobres, abandonados ou infratores no Brasil, desde o século XIX, é

- (A) a escolarização compulsória.
- (B) o confinamento institucional.
- (C) a inserção no mundo do trabalho.
- (D) o encaminhamento aos pais ou responsáveis.
- (E) a colocação em família substituta sob a forma de adoção.

QUESTÃO 61

Sabe-se que, em muitos processos de Destituição do Poder Familiar, os argumentos utilizados contra as famílias de origem consistem em comparações entre esses núcleos familiares e “pais” e “mães” idealizados, sem que se problematizem as condições sociais e políticas articuladas às alegadas dinâmicas de negligência, risco ou abandono da criança. Nesses processos são usualmente solicitados estudos técnicos sobre a dinâmica familiar. Na produção desses documentos cabe ao psicólogo atentar para os seguintes Princípios Fundamentais previstos no Código de Ética Profissional do Psicólogo:

- I. Basear o trabalho no respeito, promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. Trabalhar visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades, contribuindo para eliminação de quaisquer formas de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão.
- III. Atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.
- IV. Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, política, teórica e tecnicamente.

Assinale se:

- (A) somente I está correta.
- (B) somente I e II estão corretas.
- (C) somente II e III estão corretas.
- (D) somente I, II e III estão corretas.
- (E) somente I, II e IV.

QUESTÃO 62

No conhecido livro “Vigiar e Punir”, Foucault reflete sobre a técnica do exame, que consistiria em uma tecnologia

- (A) do poder soberano que invisibiliza, desterritorializa e militariza.
- (B) do poder disciplinar que visibiliza, individualiza e normaliza.
- (C) do poder disciplinar que singulariza, invisibiliza e pune.
- (D) do poder fluido que controla, medicaliza e incita.
- (E) do poder soberano que normaliza, cerimonializa e pune.

QUESTÃO 63

Pensando os processos de subjetivação contemporâneos, Luís Cláudio Mendonça Figueiredo considera que um dos grandes polos de constituição das subjetividades em culturas ultraindividualistas seria um processo psicopatológico originalmente pensado por Fairbairn como

- (A) a histeria.
- (B) a esquizofrenia.
- (C) a esquizoidia.
- (D) o transtorno bipolar.
- (E) as toxicomanias.

QUESTÃO 64

No ano de 2007, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República lançou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Esse tipo de violência é um fenômeno

- (A) multicausal em que a maior parte dos agressores não são conhecidos pelas vítimas.
- (B) que está em franca transformação, pois os homens representam hoje a maioria das vítimas de violência doméstica (65,8%).
- (C) transcultural que não está associado às estatísticas de homicídios cometidos contra as mulheres.
- (D) que se expressa nas relações interpessoais na qual majoritariamente o agressor é conhecido pela vítima.
- (E) interpessoal que ocorre prioritariamente nas classes pauperizadas.

QUESTÃO 65

A Lei 4.504/05 alterou o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, definindo nova nomenclatura para a 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, que passou a ser denominada Vara da Infância, da Juventude e do Idoso. Com relação às intervenções em Varas de Idosos, é correto afirmar que

- (A) o papel dos psicólogos nos processos envolvendo idosos deve se restringir à elaboração de laudos periciais.
- (B) a mediação é atribuição prevista no Código de Processo Civil Brasileiro e é a intervenção mais adequada nestes casos.
- (C) o idoso flagrado em delito tipificado pelas leis penais será assemelhado ao adolescente autor de ato infracional para efeito de aplicação de penas.
- (D) a decisão judicial está adstrita ao laudo pericial, ratificando o parecer do especialista, pois esta avaliação é construída na observância das prerrogativas éticas da profissão.
- (E) as dinâmicas geralmente apontam para a necessidade de articulação de uma rede de proteção ampliada que não deve restringir-se ao sistema judicial.

QUESTÃO 66

Ao pensar a ferramenta “análise de implicações”, Lourau se refere

- (A) a um princípio equivalente à contratransferência freudiana, que permite conhecer o funcionamento dos grupos sujeitos e dos grupos submetidos frente aos confrontos e alianças institucionais.
- (B) ao engajamento e participação político-institucional, ferramentas fundamentais à emergência da transversalidade.
- (C) ao reconhecimento da objetividade e neutralidade técnicas do pesquisador, atravessadas pela dimensão da enunciação coletiva.
- (D) às análises transferenciais dos que fazem parte da intervenção, dos atravessamentos e produções socioculturais, políticas e econômicas dos estabelecimentos e sujeitos que deles participam.
- (E) à valorização do sobretrabalho e do ativismo da prática que buscam beneficiar os indivíduos atendidos nas instituições.

QUESTÃO 67

Pensando a história das práticas científicas, Ian Hacking considera que as classificações da ciência produzem maneiras de ver e habitar o mundo. Especificamente traçando um percurso sobre a epidemiologia da violência contra a criança, Hacking discute como a questão emergiu nos discursos médicos, mas foi disseminada por meio de outros especialismos desde a metade do século XIX. No Brasil, o artigo 5º do ECA determina que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão”. Com relação à violência contra a criança, é correto afirmar que

- (A) é um fenômeno no qual há uma relação unívoca entre causas e consequências, o que permite a intervenção precoce em núcleos familiares detentores do mesmo padrão de relacionamento.
- (B) no Brasil considera-se como violência física a prática de atos violentos intencionais ou acidentais praticadas em uma relação de assimetria por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas.
- (C) qualquer nível de dano à criança independe do contexto social e cultural, articulando-se apenas ao ato violento, donde decorre a importância da produção de leis severas contra quaisquer práticas de disciplinamento físico.
- (D) na violência psicológica quaisquer danos à criança são independentes da repetição e persistência da conduta, gerando transtornos no desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente.
- (E) a privação decorrente da pobreza confunde-se muitas vezes com a privação relacionada à negligência, já que as desigualdades na distribuição de renda podem dificultar que famílias pobres atendam adequadamente as necessidades das crianças.

QUESTÃO 68

No conhecido texto *O Mal Estar na Civilização* (1930 [1929]), Freud afirma que a cultura se vê obrigada a livrar-se de uma hostilidade primária e independente que se opõe aos objetivos de Eros. Para tanto, a cultura tem em seu favor um poderoso aliado, a saber:

- (A) a moral sexual civilizada que recalca as pulsões sexuais.
- (B) o embate imprevisível entre pulsão de vida e pulsão de morte.
- (C) as leis jurídicas que organizam as fontes de sofrimento humano.
- (D) aquele que numa vertente ontogenética corresponde ao herdeiro do complexo de Édipo.
- (E) o narcisismo das pequenas diferenças que caracteriza os grupamentos humanos.

QUESTÃO 69

Em seus diversos livros que retratam a contemporaneidade, Bauman destaca uma economia própria das sociedades em geral que se distingue da chamada sociedade de produtores, cujas condições necessárias à vida eram a segurança, o planejamento a longo prazo, a acumulação, entre outras. A economia das sociedades contemporâneas está centrada fundamentalmente

- (A) no narcisismo.
- (B) na satisfação sem limites.
- (C) no capitalismo.
- (D) no consumismo.
- (E) na sexualidade.

QUESTÃO 70

Em considerando uma situação hipotética na qual o paciente diz em atendimento clínico que costuma agredir o seu filho como forma de educá-lo, o psicólogo, de acordo com o código de ética e as leis jurídicas,

- (A) deve quebrar o sigilo somente mediante determinação judicial.
- (B) deve manter o sigilo, podendo quebrá-lo somente em situação de violência física ou sexual.
- (C) pode quebrar o sigilo baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.
- (D) deve quebrar o sigilo em qualquer situação que envolva maus-tratos à criança e ao adolescente.
- (E) não pode quebrar o sigilo em nenhuma hipótese.

QUESTÃO 71

De modo geral, o Judiciário vem buscando meios de evitar os danos decorrentes dos numerosos depoimentos a que a criança supostamente vítima de abuso sexual é submetida. Para tanto, lança mão de expedientes, como, por exemplo, o ‘depoimento sem dano’ ou ‘depoimento especial’ que, por sua vez, é criticado pelo Conselho Federal de Psicologia. A posição do Conselho apoia-se reconhecidamente nos argumentos abaixo, **exceto**

- (A) tal proposta de inquirição não foi objeto de discussão e deliberação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), órgão máximo do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).
- (B) há dúvidas de que a inquirição nos moldes propostos não se configure como violência ou violadora de direitos.
- (C) não cabe ao psicólogo realizar inquirição judicial e sim o trabalho de escuta, que se caracteriza, sobretudo, como uma relação de cuidado.
- (D) o diálogo entre os saberes não deve se sustentar numa lógica vertical e hierárquica e sim interdisciplinar.
- (E) é importante preservar o uso de técnicas específicas de revelação do abuso sexual, como, por exemplo, as bonecas anatomicamente corretas.

QUESTÃO 72

Sabemos desde Foucault que a psiquiatria se transformou, a partir da segunda metade do século XIX, numa peça estratégica do biopoder, ampliando o seu escopo de ação para a gestão da população e, assim, promovendo a higiene das raças e o controle das anomalias consideradas perigosas à ordem social. Para tanto, exigiu-se do saber psiquiátrico o privilégio de teorias baseadas

- (A) no isolamento manicomial como estratégia terapêutica inaugurada por Pinel.
- (B) no Panopticon de Bentham, cujo olhar vigilante tornou-se crucial nas sociedades disciplinares.
- (C) na divisão binária entre a loucura maníaco-depressiva e a demência precoce feita por Kraepelin.
- (D) no enquadramento da mão de obra proletária junto aos aparelhos de produção capitalista.
- (E) no conceito de degeneração, que atribui à transmissão hereditária a causalidade de desvios diversos.

QUESTÃO 73

José procurou a Defensoria Pública para regulamentar a visita em relação à filha, de cinco anos de idade, apesar de incidir sobre ele a denúncia feita pela mãe de manipulá-la sexualmente. A mãe passou a impedir o acesso do pai à filha desde que esta fez um relato que sugeria cenas de abuso sexual. Angustizada, a mãe levou a menina ao conselheiro tutelar, para o qual repetiu o mesmo relato. Assim, o conselheiro sugeriu o impedimento do contato paterno até que judicialmente fosse averiguada a veracidade do abuso. Desde então, passaram-se oito meses sem que José conseguisse qualquer contato com a filha. Em relação a esse caso em especial, o psicólogo deve atentar que

- (A) a criança enquanto sujeito de direitos deve ser valorizada em sua fala, sendo isso o suficiente para mantê-la afastada do pai.
- (B) é possível que se trate de uma falsa denúncia decorrente de alienação parental, e o tempo de afastamento paterno pode aprofundar ainda mais esse quadro.
- (C) em situações de abuso sexual infantil, não é necessário escutar o suposto abusador e sim obter uma intervenção imediata da lei.
- (D) caberia realizar um trabalho terapêutico com a família antes de dar prosseguimento a quaisquer processos judiciais.
- (E) José está sofrendo com acusações infundadas e por isso deve ser concedido a ele o acesso à filha o mais breve possível.

QUESTÃO 74

A atuação do psicólogo, tanto como perito quanto como assistente técnico no judiciário, tornou-se objeto de regulamentação por parte do Conselho Federal, sendo importante observar que

- (A) convém ao assistente técnico estar presente durante a realização dos atendimentos do perito e vice-versa, desde que não haja interferência na dinâmica e na qualidade do serviço realizado.
- (B) em seu relatório, o psicólogo perito apresentará indicativos pertinentes à sua investigação que subsidiam o juiz, sem adentrar as decisões, que são exclusivas das atribuições dos magistrados.
- (C) a relação entre os profissionais deve pautar-se no respeito à autonomia e na colaboração, sendo vedado ao assistente técnico formular quesitos ao psicólogo perito.
- (D) o psicólogo perito pode lançar mão de entrevistas, aplicação de testes psicológicos, recursos lúdicos e de outros instrumentos reconhecidas pelo Conselho, com exceção de visitas domiciliares e institucionais, que são técnicas pertinentes ao Serviço Social.
- (E) é vedado ao psicólogo que seja terapeuta das partes envolvidas em um litígio atuar como perito de pessoas atendidas por ele e/ou de terceiros envolvidos na mesma situação litigiosa, não havendo tal restrição ao assistente técnico.

QUESTÃO 75

Existe consenso de que, nos litígios familiares, a criança é tomada geralmente como objeto de disputa entre seus pais, que, movidos por sentimento de vingança e ressentimento, confundem os problemas pretéritos da conjugalidade com as fronteiras da parentalidade. Segundo a teoria de Pierre Legendre, a função primordial da intervenção do Direito é:

- (A) organizar as leis da genealogia, cuja combinatória deve ser pautada no interdito entre as gerações.
- (B) acolher as novas formas de sociabilidade e o avanço das ciências humanas.
- (C) promover a capacidade do ser humano em se autofundar por conta própria.
- (D) pôr em ação os micropoderes que incitam as formas de subjetivação.
- (E) compreender as motivações inconscientes que fazem da criança o sintoma dos pais.

QUESTÃO 76

O sentimento moderno de infância iniciado por reformadores católicos e protestantes corresponde a uma representação de que a criança possui particularidades específicas, devendo ser afastada da convivência direta com os adultos para ser escolarizada e preparada para a vida adulta. Assim se produziu historicamente a visão desenvolvimentista da infância que marcou o campo da pedagogia e da psicologia, com ênfase especial em sua vertente conhecida por 'psicologia de desenvolvimento'. Por sua vez, e apesar das controvérsias do campo da psicanálise, a noção de infantil em Freud difere dessa perspectiva desenvolvimentista, na medida em que

- (A) Freud considera a sexualidade perverso-polimorfa como fenômeno cronologicamente exclusivo da infância.
- (B) a pulsão sexual tem objeto e alvo definidos, sendo desviada nos sujeitos de estrutura perversa.
- (C) a sexualidade é de caráter infantil perverso-polimorfo, obedecendo a uma temporalidade inconsciente que se atualiza na vida amorosa adulta.
- (D) Freud se opõe à pedagogia moral da escola em detrimento da autoridade paterna.
- (E) a psicose é desencadeada por uma experiência traumática de sedução por parte do adulto, cujos efeitos surgem após a puberdade.

QUESTÃO 77

Certas práticas jurídicas parecem perigosamente identificar o sujeito psicológico com o sujeito de direitos, reduzindo o primeiro ao segundo e transformando certas atividades que envolvem o psicólogo em meras sanções. Com a finalidade de refletir sobre essa questão, convém citar uma das formas com que Foucault pensava a relação entre direito e norma, a saber:

- (A) há uma colonização recíproca entre as normas disciplinares e o direito, servindo este último como veículo para as primeiras.
- (B) o direito se opõe à norma, tendo o primeiro cedido lugar às disciplinas a partir das sociedades monárquicas.
- (C) a economia industrial foi crucial para o desenvolvimento das disciplinas, deslocando o direito de sua antiga função de ordenador social.
- (D) a repressão é o elemento central da dinâmica do poder agenciado pela norma e pelo direito.
- (E) o direito é aquele que organiza os corpos no tempo e no espaço, mantendo a vigilância contínua sobre cada individualidade.

QUESTÃO 78

Um laudo realizado pelo psicólogo a pedido do defensor foi contestado e corre risco de ser impugnado pelo fato de não estar de acordo com a Resolução 08/2010 nem com o manual de elaboração de documentos (Resolução 07/2003), estabelecido pelo Conselho Federal de Psicologia. O trecho abaixo que serviu de justificativa para o pedido de impugnação foi

- (A) *"a mãe vê-se obrigada a 'terceirizar' os cuidados em relação à criança por causa do trabalho, fazendo a ressalva de que, em breve, mudará de emprego, exigindo-lhe mais tempo longe do lar. Contudo, ela garante que a avó coabitará com ela, de maneira que ficará disponível para ajudá-la nos cuidados, embora a criança não esteja habituada a conviver com ela".*
- (B) *"é notório o sofrimento da criança ao criticar o pai. Sem expor uma razão plausível para tanto, ela demonstra certa confusão ao dizer que seu pai é o padrasto. Daí se supõe a existência de conflito de lealdade exclusiva, sendo conveniente a retomada da convivência com o pai o mais breve possível".*
- (C) *"é importante frisar que, apesar de seu relato inicial, a criança possui relação de afeto com a mãe e com o pai. Em contrapartida, não possui boa relação com o padrasto, nem tampouco parece sentir-se segura em sua companhia."*
- (D) *"a criança ficará exposta à situação delicada caso permaneça sob a guarda da mãe. Por sua vez, o pai tem tempo disponível e conta com o apoio familiar, além de se mostrar zeloso por sua filha. Desse modo, o mais indicado é que a filha fique sob a guarda do pai, devendo ser regulamentada a visita com a mãe."*
- (E) *"é igualmente indicado a ambas as partes que a criança deixe de ser envolvida no presente processo e nos diversos conflitos que compõem o litígio".*

QUESTÃO 79

Sabe-se que a Era Moderna corresponde à quebra de uma visão de mundo totalizante e hierárquica baseada na religião. Contudo, o ideal de igualdade nas sociedades democráticas modernas fez com que as diferenças individuais e sociais passassem a ser justificadas pela natureza biológica. Daí o surgimento da criminologia positivista como meio de controle social a partir de uma suposta natureza biológica do indivíduo que rompe o contrato social, cujo principal expoente foi

- (A) Breuler.
- (B) Kraepelin.
- (C) Lombroso.
- (D) Jaspers.
- (E) Buffon.

QUESTÃO 80

Françoise Dolto adverte que a criança pode ter dificuldades de amar ambos os pais, porque acha que um deles é mais infeliz do que o outro e que foi esse outro que o tornou mais infeliz. A emoção de ver o genitor que não encontra habitualmente pode fazê-la vomitar, e essa reação pode ser compreendida como

- (A) sinal de recusa da criança de ver esse outro genitor.
- (B) sinal de maus-tratos cometidos pelo genitor.
- (C) um sintoma decorrente do desejo inconsciente recalçado.
- (D) um reflexo patológico da síndrome de alienação parental.
- (E) uma reação psicossomática que indica algo que ela não sabe verbalizar.

Realização

 **FGV PROJETOS**